

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

Carla Maciel Severo

**As datas comemorativas nas práticas escolares: uma questão de  
identidade**

Porto Alegre  
2. Semestre  
2011

Carla Maciel Severo

**As datas comemorativas nas práticas escolares: uma questão de  
identidade**

Trabalho de conclusão de graduação apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Carmen Lucia Bezerra Machado

Porto Alegre

2. Semestre

2011

## RESUMO

O tema identidades sociais discutido neste trabalho de conclusão de curso tem por objetivo problematizar as práticas de algumas salas de aula de Educação Infantil e 5º ano do Ensino Fundamental de escolas situadas na periferia da região metropolitana de Porto Alegre, analisando as estratégias utilizadas pelas professoras em datas comemorativas e sua possível contribuição para a construção de identidades dos participantes desse processo (professoras/alunos e alunas). É uma pesquisa de abordagem qualitativa, focada na observação participante, utilizando como recursos os materiais relacionados às datas comemorativas previstas para serem trabalhadas nos planos de trabalho das escolas, baseadas nos calendários escolares propostos pelas Secretarias de Educação. Para essa investigação foi realizada a análise de registros e dos materiais de trabalho das professoras para seus alunos sobre datas comemorativas. Considerando que a identidade é algo mutável que se dá na medida da interação com o outro, podemos pressupor que os temas trabalhados em sala de aula e a maneira na qual os discursos contidos nessa prática são interpelados podem constituir identidades, haja vista que a escola constitui-se em um espaço de aprendizagem e reconhecimento como seres sociais. A partir das análises, pode-se inferir que determinadas práticas contribuem para a formação de uma identidade nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade Social. Práticas Escolares. Datas Comemorativas

*“Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.”*

***Paulo Freire, 1991.***

## **LISTA DE FOTOS**

**Foto 1** – Mural de Bandeiras

**Foto 2** – Parte do Mural de Bandeiras

**Foto 3** – Discurso 1 da Professora

**Foto 4** – Discurso 2 da Professora

## SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZANDO O TRABALHO .....	7
2. CONSTITUINDO IDENTIDADES A PARTIR DAS PRÁTICAS ESCOLARES COM AS DATAS COMEMORATIVAS.....	9
3. ANALISANDO ALGUMAS PRÁTICAS ESCOLARES .....	14
3.1 Para uma turma de 5º ano.....	15
3.2 Para uma turma de Educação Infantil .....	17
3.3 Para uma rede de escolas municipais .....	23
4. REPENSANDO AS PRÁTICAS ESCOLARES RELACIONADAS ÀS DATAS COMEMORATIVAS COMO CONSTITUINTES DE IDENTIDADES.....	26
REFERÊNCIAS .....	29
ANEXO 1 .....	30
ANEXO 2 .....	31
ANEXO 3 .....	32

## 1. CONTEXTUALIZANDO O TRABALHO

Todos os anos, nas escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, nas quais atuo, algumas datas comemorativas são estipuladas, pelas Secretarias Municipais de Educação, para serem mencionadas nos planos de trabalho e abordadas durante o ano de acordo com o calendário escolar. A princípio, esses planos são construídos pelas próprias professoras que, na maioria das vezes, registram essas datas sem qualquer questionamento, ou reflexão sobre a sua relevância na aprendizagem das crianças.

No decorrer do ano, nas salas das professoras, percebo a movimentação de “folhinhas” com os textos, os questionários e os desenhos para colorir sobre as datas comemorativas. Rapidamente, sem muitos questionamentos, essas atividades vão passando de mão em mão e de turma em turma ao longo dos anos. Os desenhos ficam mais modernos, mas as propostas, sempre são as mesmas. Além da reprodução, também podemos refletir sobre a falta de conexão dessas atividades, envolvendo as datas comemorativas, com o cotidiano das crianças, bem como a integração delas com os diferentes saberes.

Mediante esses conflitos, questiono-me: como ir além dessa prática fragmentada e descontextualizada tão distante da realidade das crianças? Como desenvolver um trabalho significativo com as datas comemorativas, presentes no universo escolar, contemplando também as expectativas da comunidade? Como trabalhar de forma globalizada, integrando as diferentes áreas do conhecimento para tornar o trabalho mais significativo? De que forma minhas estratégias de trabalho contribuem ou não para a construção de identidades dos meus alunos?

A partir desses questionamentos, escolhi esse assunto para foco de meus estudos, pois é uma temática que sempre me trouxe inquietações. Sabendo de toda carga histórica dessas datas, sempre quando chega a época de abordá-las, conforme os calendários escolares, me questiono acerca da melhor maneira de trabalhá-las em sala de aula. Reflito sobre o sentido de se trabalhar com essas datas muitas vezes tão distantes da realidade das crianças, em como lidar com as expectativas da comunidade escolar para que essas datas sejam “comemoradas”. Também cogito sobre a possibilidade de estar contribuindo na construção de identidades das crianças, através das minhas falas, discursos, intervenções, e materiais escolhidos para trabalhar tais temas.

Nesse estudo pretendo verificar quais as datas comemorativas mais comuns nas escolas que atuo, problematizando as estratégias utilizadas para abordá-las e refletir sobre possíveis construções de identidades a partir dessas abordagens, visto que o trabalho docente não é neutro. Toda e qualquer ação, questionamento e intervenção está vinculada a concepções de vida, valores, construção social e cultural. Segundo Paulo Freire, todo ato de educação é um ato político no qual não existe neutralidade, portanto todo discurso de sala de aula está fadado a constituir relações específicas de quem está atuando, mesmo que essa não seja a intenção.

Para essas reflexões, além de reforçar minhas leituras e estudos realizados durante o curso de pedagogia, apoiei-me nas minhas práticas como professora de Ensino Fundamental.

A pesquisa é de abordagem qualitativa focada na observação participante e na análise de materiais disponibilizados pelas professoras de Ensino Fundamental de 1º a 5º ano para seus alunos, oriundos de escolas situadas na periferia das cidades de Porto Alegre e Canoas nas quais também leciono. Para a investigação utilizei recursos de cunho etnográfico, sustentada por análises de registros e propostas de trabalho das professoras para seus/as alunos/as sobre datas comemorativas. As observações e os materiais selecionados para análise dessa pesquisa estão relacionados às datas comemorativas previstas para serem trabalhadas nos planos de trabalho das escolas, baseadas nos calendários escolares.

## **2. CONSTITUINDO IDENTIDADES A PARTIR DAS PRÁTICAS ESCOLARES COM AS DATAS COMEMORATIVAS**

Durante essa pesquisa, deparei-me com muitos estudos e definições acerca de identidade, porém para essa reflexão abordarei a identidade como algo em constante formação de acordo com a vivência de cada um e da interação com o outro, não sendo algo inato ou pré-estabelecido desde o nascimento, pois somos, ou achamos ser aquilo que somos a partir das nossas atitudes e de como os outros nos veem, ou seja, a identidade se constitui também a partir do outro, de como agimos com o outro e da visão que o outro tem de nós. Conforme Lopes (2002, p. 98), “Talvez o traço mais relevante de nossas identidades sociais se relacione a como nos posicionamos e somos posicionados pelos outros [...]”. Sendo assim, enquanto professores, as interações propostas e os discursos que estabelecemos em sala de aula possivelmente constituem identidades.

Levando em consideração também o processo particular de cada sujeito a partir dessas interações, podemos entender que essas identidades, segundo Hall (1997, p. 26) “[...] são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais”. Logo, os alunos vêm com uma bagagem cultural que, na interação com o meio escolar e com os discursos que permeiam esses espaços escolares, vão se reconhecendo e constituindo suas identidades sociais.

Quando compreendemos, então, que a identidade é algo mutável que se dá na medida da interação com o outro, podemos pressupor que os temas trabalhados em sala de aula e a maneira na qual os questionamentos, as intervenções e os discursos são desenvolvidos estamos aprendendo a nos reconhecer como seres sociais, constituindo possíveis identidades. Nesse sentido Lopes observa que:

[...] para compreender como as pessoas constroem suas identidades sociais nas salas de aula é necessário focalizar as práticas discursivas com as quais alunos e professores estão envolvidos nas escolas para construir o significado ou o papel da mediação do discurso nas práticas sociais situadas onde atuamos. (LOPES, 2002, p. 97)

É através do discurso explícito ou implícito presente nas práticas de sala de aula (questionamentos, textos, imagens, intervenções, materiais elaborados para trabalhar os conteúdos, propostas de livros didáticos, etc) que fixam as identidades

sociais, visto que essas práticas contribuem para que os alunos deem sentido ao mundo, relacionando com suas vivências e assim, fixando o seu eu.

Dessa forma, entende-se que “As narrativas<sup>1</sup> contidas no currículo, explícita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais [...]” (SILVA, 1995, p.195). E, conseqüentemente, nas salas de aula, visto que os conceitos e os discursos que perpassam pelo currículo determinam as possíveis identidades que se quer ou se pode constituir.

Durante a escrita dessa pesquisa considerei a prática escolar como qualquer ação que acontece no âmbito escolar; são relações que se estabelecem em sala de aula ou em qualquer espaço da escola entre os participantes desse processo e a relação desses participantes com os conhecimentos. Toda prática escolar se apóia em conceitos expressos através das diferentes formas de discursos pelos que atuam nesse ambiente. Conforme um dos subtítulos de suas escritas, Freire (1981, p. 35) considera que “Toda prática educativa implica numa concepção dos seres humanos e do mundo”, logo toda carga cultural, histórica e política pertencentes à sociedade, fazem parte de qualquer prática escolar, seja ela reprodutora ou emancipadora.

Também levo em consideração a influência dos currículos escolares nessa prática. Na medida em que as narrativas contidas nesses currículos estabelecem essas relações entre os que participam dessa prática e da relação desses participantes com os próprios saberes que se quer promover. É importante salientar que essas narrativas não chegam por acaso tampouco são escolhidas diretamente pelos professores ou pela comunidade escolar. Esse processo de construção dos currículos se dá a partir de princípios contidos nos parâmetros curriculares nacionais (conhecidos como os PCN's) e por exigências estabelecidas pelas secretarias de educação para se trabalhar em sala de aula.

As propostas pedagógicas, as referências, as diretrizes, a organização dos conteúdos, as metodologias, os objetivos, enfim os itens que, de certa forma, compõem as narrativas do currículo, auxiliam na constituição de identidades na

---

<sup>1</sup> SILVA utiliza a relação do currículo como narrativa, já FREIRE e LOPES utilizam a relação das práticas escolares como discurso. No contexto dessa pesquisa, como o objetivo não é discutir esses dois conceitos, utilizarei “narrativas” e “discursos” como similares e práticas escolares como consequência do currículo.

medida em que essas narrativas são levadas para dentro das salas de aula por meio dos diferentes discursos.

Tais narrativas “[...] trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação” (SILVA, 1995, p.195). No momento que se seleciona certos conhecimentos e se divide os saberes de determinada forma, já está se estabelecendo o que é certo e o que é errado ou o que é bom e o que é ruim, valorizando a cultura de alguns grupos e desvalorizando ou excluindo outras. São através dessas narrativas que se constituem posicionamentos particulares que acabam nos fixando como seres sociais atuantes dessa construção social.

Portanto, são essas narrativas nas práticas de sala de aula que auxiliam os participantes desse processo a constituírem suas identidades. Por isso pretendo, sem esgotar as discussões sobre o assunto, refletir sobre as práticas das datas comemorativas em sala de aula, tentando estabelecer relações com a construção de identidades considerando essas práticas, visto que elas desempenham um papel relevante “[...] na construção de significados, a partir dos quais os alunos vão aprender a ler o mundo, os outros e a si mesmos” (LOPES, 2002, p. 192).

As datas comemorativas que escolhi para dissertar/analisar foram aquelas de cunho histórico, relacionadas às questões cívicas. Para isso separei alguns materiais didáticos que circulavam pelas escolas que atuo. Esses materiais foram elaborados por professoras do 5º ano do Ensino Fundamental e de Educação Infantil e propostos para seus/as alunos/as: fotocópia de folha de atividades digitadas relacionadas a um trabalho de história para turma de 5º ano, fotos de mural contendo produções da turma de Educação Infantil com bandeiras do Brasil pintadas pelos/as alunos/as e apresentadas em torno de um contexto (frases e conceitos sobre o que é pátria a partir de conversa com os alunos na rodinha – momento inicial da aula onde se propõe o assunto que será abordado no decorrer das atividades do dia e o conhecimento prévio que as crianças têm sobre ele) e ainda um material encaminhado por uma Secretaria Municipal de Educação para as escolas da rede, sugerindo roteiro de objetivos para serem trabalhados com relação a essas datas.

### Foto 1 – Mural de Bandeiras



Mural de corredor da Escola com a exposição do material confeccionado em sala de aula pela Turma de Educação Infantil no dia 29 de agosto de 2011.

O trabalho em sala de aula com as datas comemorativas cívicas, como a Independência do Brasil, por exemplo, desde a organização das primeiras escolas públicas, privilegiava a apresentação de sujeitos e fatos isolados com suas respectivas datas, nomeando-os como agentes principais da história, e desconsiderando os grupos sociais envolvidos nos movimentos que deram origem às transformações, sejam de alteração ou manutenção da ordem social.

Essa forma de se trabalhar com essas datas ainda permanece em muitas práticas. Ritualizá-las anualmente, mantendo esses princípios (data, fato e herói) de um ensino tradicional, sugere a manutenção dessa prática e, conseqüentemente, a constituição de identidades sociais específicas.

Analisar tanto os conflitos e os movimentos sociais que deram origem às transformações, quanto os grupos que participaram desse processo é fundamental para que se compreendam as relações existentes entre os fatos/acontecimentos. Para tanto, é necessário despertar no aluno o interesse em conhecer os grupos nos quais convive em sua comunidade e sua atuação nele, percebendo as possibilidades para possíveis transformações. Reconhecendo-se como agente nesse processo histórico, poderá entender, por exemplo, que a Independência do Brasil significou muito mais que o simples gesto de Dom Pedro I em exigir a

emancipação do país perante Portugal. Poderá compreender mais adiante, todo movimento dos grupos envolvidos nesse processo.

### 3. ANALISANDO ALGUMAS PRÁTICAS ESCOLARES

Nas escolas observadas, nas quais também atuo, quando chega a época dos feriados nacionais relacionados a datas comemorativas de cunho histórico como, por exemplo, a Semana da Pátria, período que envolve o dia 7 de setembro como marco da Independência do Brasil, costuma-se observar práticas escolares elencadas aos símbolos nacionais e a presença da figura, muitas vezes apresentada por meio de caricaturas, de Dom Pedro I como herói nacional. Fazem parte dessa ritualização a bandeira nacional e suas cores, os momentos cívicos mais intensificados com o canto do hino e apresentações de músicas, poemas, leituras jograis e cartazes louvando o país e suas riquezas, muitas delas já destruídas ou consumidas. Essas práticas escolares são reproduzidas ano a ano, sem maiores reflexões, visto que grande parte da preocupação nos anos iniciais do Ensino Fundamental está ligada aos estudos da matemática e da linguagem, desconsiderando o estudo das outras áreas do conhecimento (ciências sociais – história e geografia – e naturais – física, química e biologia) como formas diferenciadas de linguagem.

Para essa investigação foram escolhidos três materiais relacionados às práticas com as datas comemorativas nessas escolas em que atuo. Dois desses materiais são propostas de trabalho de professoras de turmas e escolas diferentes. A escola nomeada como “A” situa-se na periferia de Canoas e atende em média 450 crianças. Oferece turmas de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental nos turnos da manhã e da tarde. A escola nomeada como “B” localiza-se na periferia de Porto Alegre e atende em média 300 crianças. Está disponibilizando, nesse ano, turmas de Educação Infantil e de 1º a 4º ano do Ensino Fundamental nos turnos manhã e tarde.

O primeiro material analisado diz respeito a um trabalho de história proposto como uma avaliação trimestral para uma turma de 5º ano da Escola A, que estava disponível nas salas das professoras, como sobras de fotocópias. O segundo material são fotos de um mural que fica no corredor da Escola B, tiradas na semana próxima ao dia 7 de setembro, data em que, habitualmente, se comemora a Independência do Brasil nas escolas. As fotos contêm trabalhos elaborados por uma turma de Educação Infantil. São bandeiras do Brasil pintadas com tinta têmpera e pincel pelos alunos e pelas alunas dessa turma. Também contem nesse mural pequenos cartazes com frases digitadas pela professora titular e as falas das

crianças a partir do momento da rodinha sobre a “pátria”. O terceiro e último material são sugestões para prática docente enviado pela secretaria municipal de educação para as professoras seguirem como parâmetro do trabalho com a data comemorativa 7 de setembro/ Independência do Brasil. São objetivos para serem desenvolvidos junto aos alunos.

### **3.1 Para uma turma de 5º ano**

Essa primeira análise refere-se a um material elaborado por professoras que atuam no 5º ano da Escola A. Foi nomeado como “Trabalho de História”, conforme ilustração disponibilizada no anexo 1, tratando-se de atividades avaliativas do segundo trimestre letivo.

Para essa discussão, tomei como apoio o primeiro exercício no qual os alunos e as alunas teriam que relacionar as colunas observando o dia e as datas que lhes são atribuídas. Segue alguns exemplos dessas relações: Dia do gaúcho (20 de setembro), Dia da pátria (7 de setembro), Dia do soldado (25 de agosto), entre outros.

A partir dessa proposta de trabalho e avaliação, pode-se inferir a influência de um ensino tradicional com pressupostos positivistas. Essa prática, na qual retoma a ideia de relacionar data X fato X herói, nos remete a tendência positivista no campo da História.

Na ótica positivista deveriam fazer parte do ensino escolar somente os conteúdos comprovadamente científicos. É um ensino de história do Brasil com ênfase numa cronologia política, instituindo heróis nacionais em determinados períodos históricos. Essas práticas, geralmente, propõem os conhecimentos de forma fragmentada, alheias às relações históricas, políticas, também geográficas e espaciais mantendo um ensino descontextualizado. As construções e produções desses conhecimentos não são desenvolvidas, não são discutidos os conceitos, valores e sentidos das relações sociais, econômicas e políticas desses processos.

Essa prática de ensino surgiu no Brasil nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX com o advento da República, sistema de governo que estava sendo instaurado no Brasil durante essa época. Para a legitimidade desse sistema era

preciso difundir entre a população esses ideais republicanos, e por meio da educação isso seria mais óbvio.

A partir daí, passaram a fazer parte dos conteúdos escolares o civismo, como práticas e comportamentos de um bom cidadão disposto a essas mudanças sociais e políticas que se instauravam. Nesse momento a escola passava a ser o lugar onde se ensinavam e aprendiam os valores cívicos. Esses valores e comportamentos tiveram grande influência de determinados grupos sociais. Dessa forma, disseminando valores de um ideal dominante através da memória, da tradição e do rito. Cabe lembrar aqui que no momento que se opta por determinadas memórias de determinados grupos, outros são esquecidos e, conseqüentemente, excluídos do discurso dessa prática.

Com isso as datas comemorativas relacionadas à história do Brasil entraram com força no âmbito escolar, mantendo a ritualização do canto do hino e dos trabalhos com os símbolos nacionais, práticas ainda presentes nas escolas. Nessa época, essas datas com seus ritos tornaram-se de extrema importância para a constituição de uma nação, de um tipo de nação que estava sendo instaurada de acordo com os interesses políticos que emergiam naquele contexto. O Brasil precisava se reconhecer enquanto nação, por isso a acentuada prática com o uso de símbolos nacionais e a apresentação de sujeitos como heróis, reforçando essa memória coletiva relacionada a uma identidade nacional.

Atualmente, nas escolas que atuo, próximo à data de 7 de setembro, tornam-se presentes os discursos sobre a importância do papel de Dom Pedro I na Independência do Brasil, remetendo-o diretamente a esse fato histórico, sem dialogar sobre os grupos sociais também envolvidos nesses movimentos que deram origem a essas mudanças históricas. Tampouco é discutido o próprio significado das palavras independência ou independente. Será que somos um país independente? Por quê? O que é independência? Quem quis a independência? Por quê? Se essas questões comesçassem a ser trabalhadas desde o início da vida escolar, talvez as crianças passassem a realmente se enxergar dentro de um país em que há possibilidades de mudanças, sejam elas mantenedoras ou transformadoras. Fazendo relação com seu entorno social, perceberão que suas ações têm conseqüências, que suas intervenções modificam o contexto onde atuam independente do tipo de mudança. Compreenderão talvez que se pode fazer diferença dentro de um grupo e de uma sociedade.

Seguindo a lógica de que as datas comemorativas estavam relacionadas aos ideais políticos e possuíam como uma das principais funções disseminarem os valores do regime político da época, e compreendendo a escola, por conseguinte a sala de aula, como reflexo da sociedade e suas demandas, entendendo que as práticas escolares se apropriam dessas tendências sociais e políticas, como nos deparamos com esse tipo de prática ainda ligada a uma visão civilizatória e positivista?

Observando o material de trabalho das professoras de 5º ano, selecionado para essa discussão, e levando em consideração os tempos de hoje, talvez uma das explicações possíveis para a permanência de algumas dessas práticas no ensino escolar atual esteja na formação docente, visto que o ensino dessas professoras possivelmente se deu nesses mesmos moldes positivistas. Logo, segue-se a reprodução dessa mesma prática, muitas vezes sem a própria intenção de reproduzir, mas sim apenas com o desejo de ensinar o que se aprendeu.

Essa reprodução acaba colaborando para a manutenção dessas práticas em que alunos e alunas não tomam consciência do seu papel na sociedade, apenas repetem e devolvem o que lhes foi despejado ou, segundo Freire, “depositado”. Tal relação foi chamada por Freire de “educação bancária”, aquela na qual os professores e professoras depositam seus conhecimentos junto aos alunos/as, submetendo a educação como “[...] o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos [...]” (FREIRE, 1987, p. 59), não levando em consideração sua dimensão cultural, social e política.

### **3.2 Para uma turma de Educação Infantil**

Essa segunda análise foi realizada a partir de fotos tiradas na semana próxima ao dia 7 de setembro do presente ano, data em que as escolas costumam relembrar/comemorar a Independência do Brasil. O mural fica situado em um dos corredores da Escola B onde estavam expostos os trabalhos realizados por uma das turmas de Educação Infantil oferecidas pela escola.

As fotos contêm uma visão ampla do mural para percebermos a organização do mesmo (Foto 1, já apresentada) e imagens de partes desse mural com uma visualização mais aproximada para observarmos a disposição dos trabalhos

elaborados pelas crianças (Foto 2) e melhor leitura dos pequenos cartazes contendo as frases escolhidas e digitadas pela professora para contextualizar sua prática (Fotos 3 e 4). Também contem nesse mural, como podemos observar na foto 2, abaixo posicionada, um pequeno cartaz com bordas amarelas contendo algumas falas das crianças a partir do momento da rodinha sobre a “pátria”. Essas citações foram realizadas nessa conversa inicial da aula e registradas pela professora titular, conforme Anexo 2.

### Foto 2 – Mural de Bandeiras



Parte do Mural de corredor da Escola B com a das bandeiras pintadas em sala de aula pelos alunos da Turma de Educação Infantil no dia 29 de agosto de 2011.

Nessas fotos pode-se verificar a construção de réplicas da bandeira do Brasil. São bandeiras pintadas pelos alunos e pelas alunas dessa turma, utilizando tinta do tipo guache. Como suporte, podemos deduzir, através dos traçados bem alinhados das formas (círculo, losango e retângulo) presentes nas ilustrações, que foi dada uma bandeira delimitada, ou seja, já desenhada. Logo, partindo de um modelo impresso e pré-determinado, cada criança pintou a sua bandeira. As cores, como também se pode pressupor, foram pré-estabelecidas pela professora de acordo com o símbolo nacional que estava sendo trabalhado.

Tomando como suporte essas fotos, disponíveis no decorrer dessa escrita, podemos inferir a presença de uma prática com pressupostos positivistas, na

medida em que a professora opta por trabalhar com réplicas de bandeira como símbolo nacional associada à ideia idealizada de pátria.

Como já foi mencionada nessa pesquisa, na análise anterior, a sublimação da bandeira do Brasil como símbolo nacional, com a concepção de promover uma ideia coletiva de nação, suscitando sentimentos patrióticos e exaltados de pertencimento e reconhecimento, é um dos fundamentos do estudo da história tradicional positivista, a qual propõe a ritualização desses símbolos nacionais a fim de constituir uma identidade nacional.

Ainda analisando as práticas escolares relacionadas à Escola B, torna-se importante registrar que a escola tem como rotina semanal fazer o momento cívico, no qual os alunos de todas as turmas, no seu turno, cantam o Hino Nacional hastendo a bandeira do Brasil. Toda sexta-feira, no início da tarde, os alunos reúnem-se no pátio coberto da escola e posicionam-se em filas para cantar o Hino Nacional. Geralmente, duas crianças são escolhidas pela secretária ou diretora para segurar a bandeira. Essa escolha é feita aleatoriamente, e muitos alunos se prontificam a realizar tal tarefa, mas sempre se dá prioridade aos que ainda não a fizeram.

Esse rito passou a fazer parte da rotina da escola a partir de 2009 com a sanção presidencial, à lei 5700/71, na qual é acrescido parágrafo referente à obrigatoriedade da execução do hino uma vez por semana nas escolas de ensino fundamental públicas e privadas de todo o país. A lei não prevê data e horário para a execução do hino, ficando a critério dos estabelecimentos de ensino a realização desse momento.

Levando em consideração esse momento cívico em que as crianças, desde a Educação Infantil até o 4º ano do Ensino Fundamental, turmas oferecidas na escola B, no turno da tarde, e as possíveis intervenções da professora da turma Pré-B, podemos inferir, através das falas das crianças (consultar Anexo 2) a presença de um discurso nacionalista. Essas falas foram registradas pela própria professora a partir de um momento particular da turma e expostas no mural localizado no corredor da escola, por meio de um pequeno cartaz com bordas amarelas, conforme podemos observar na foto 2 apresentada anteriormente.

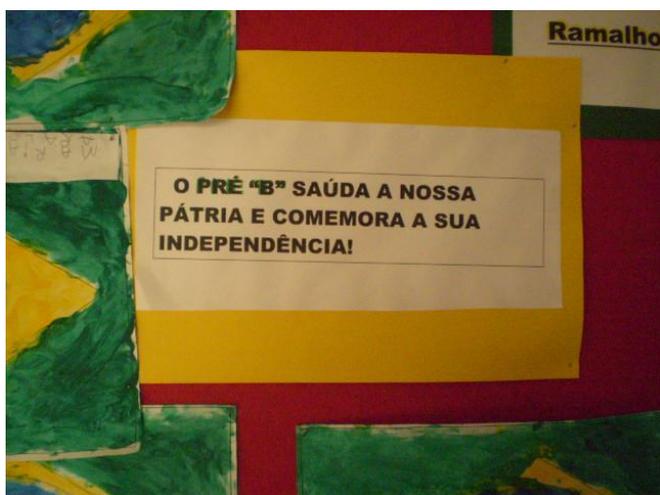
❖ **Pátria é amada! (Ana Carolina)**

- ❖ **É o Brasil! (Maurício)**
- ❖ **A Pátria é a bandeira brasileira! (Mayara)**
- ❖ **Amamos o Brasil! (Pâmela)**
- ❖ **“Pátria amada Brasil” é o hino! (Eduarda)**

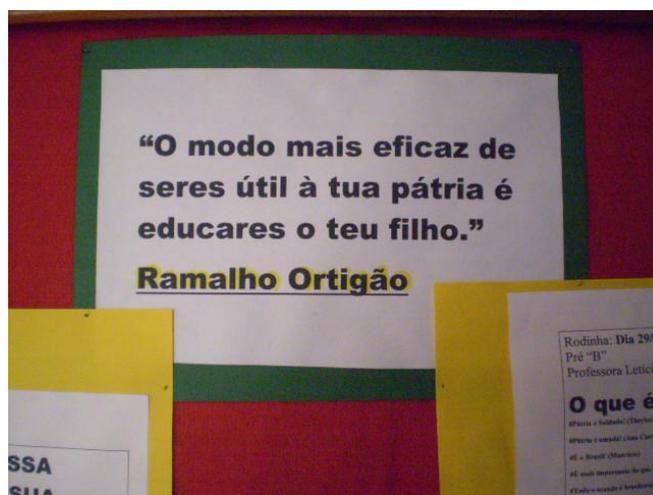
Nas falas acima citadas, expressas pelas crianças e anotadas pela professora a partir da pergunta “O que é Pátria?”, no início da aula do dia 29 de agosto do presente ano, quando foi realizada a rodinha (momento inicial da aula onde se propõe o assunto que será abordado no decorrer das atividades do dia e o conhecimento prévio que as crianças têm sobre ele), percebemos a introjeção de um discurso nacionalista pronto e idealizado de pátria, possivelmente baseado no momento cívico semanal, com o canto do hino nacional, e nos questionamentos e nas intervenções da professora.

Também podemos perceber a representação de pátria abordada pela professora quando visualizamos as frases abaixo ilustradas, presentes no mural do corredor da Escola B, junto às bandeiras pintadas pelas crianças.

**Foto 3 – Discurso da Professora 1**



**Foto 4 – Discurso da Professora 2**



Frases anexadas ao mural de corredor da Escola B com a exposição das bandeiras pintadas em sala de aula pelos alunos da Turma de Educação Infantil.

As frases utilizadas pela professora para fazer parte desse contexto, de certa maneira, refletem um discurso nacionalista e a um patriotismo idealizado.

Por mais que as professoras não tenham a intenção explícita de trabalhar com essas concepções/noções de identidade nacional, estão colaborando para a constituição de identidades dos alunos e das alunas, fazendo com que estabeleçam relações e inferências por meio do discurso que permeia suas práticas. Haja vista que a educação é um ato político e que, conforme Freire (1991, p. 28), “A natureza da prática educativa, a sua necessária diretividade, os objetivos, os sonhos que se perseguem na prática não permitem que ela seja neutra, mas política sempre.”

Em um dos seus discursos fixados no mural junto às bandeiras, a professora escolheu uma frase que reflete a importância de educar as crianças para servir ao seu país, indicando que o melhor a fazer para sermos “úteis” a nossa pátria é educarmos nossos filhos. Mas a questão é: que pátria é essa que devemos servir? De que país estamos falando? Que país é esse que queremos representar e de que forma podemos “servi-lo” e até mesmo repensá-lo? Seguindo as ideias de Freire (1991, p. 28), “A questão que se coloca é saber que política é essa, a favor de quê e de quem, contra o quê e contra quem realiza”, ou seja, que concepções de sociedade e de nação a professora tem e quer diretamente ou indiretamente trabalhar com seus alunos e alunas.

Nessa prática escolar pode-se entender que não há um questionamento maior sobre esse aspecto junto às crianças. As concepções de pátria e independência não são dialogadas, mas sim dadas prontas, sem nenhuma ou com a intenção de gerar sentimentos patrióticos, de uma pátria idealizada, através da reprodução de um símbolo nacional e de um discurso com caráter de obediência, submissão e exaltação dessa pátria, conforme resquícios de um ensino tradicional nacionalista presentes também nos rituais que as escolas submetiam seus alunos no período da ditadura militar (1964-1985), que também se apropriou dos pressupostos positivistas para a disseminação dos seus ideais políticos.

Sabe-se que uma nação é composta de representações e símbolos que fundamentam a constituição de uma dada identidade nacional como também da importância do conhecimento e do reconhecimento desses símbolos nacionais para se constituir uma identificação comum, mas o que ocorre é que as crianças passam toda sua vida escolar reproduzindo esses símbolos sem qualquer questionamento por parte das professoras. Quando chega o período do dia 7 de setembro, por exemplo, a escola é enfeitada/ ornamentada com bandeiras, cores verdes e amarelas, frases de impacto remetendo sobre a importância de saudar o nosso país,

os momentos cívicos se tornam mais presentes com apresentações de cartazes, poemas e canções sobre o país e o amor que devemos ter por ele.

Nessa prática escolar a professora trabalha com o reconhecimento e a reprodução desse símbolo associando-o com a “pátria”, ilustrando um ensino de história do Brasil com objetivo de promover sentimentos patrióticos de idealização da pátria.

Aqui não estou criticando a intenção de gerar esse sentimento de “amor” à pátria, pois é fundamental termos essa afeição para com o país onde vivemos, visto que se não conhecermos a história ou não nos identificarmos com o lugar onde vivemos, não estabeleceremos vínculos e, dificilmente, iremos cuidar desse lugar, reconhecendo ele como também meu, e minha responsabilidade através das minhas ações, portanto, em diálogo com Freire (1987, P. 13), “Na medida em que se apercebe como testemunha de sua história, sua consciência se faz reflexivamente mais responsável dessa história”. No entanto, questiono/reflito sobre a forma com que esse sentimento de pertencimento está sendo aflorado.

Exemplifico esses sentimentos trazendo da memória os comportamentos das torcidas de times de futebol. Quais são os primeiros artefatos de identificação dessas torcidas? A camiseta com as cores dos times, a bandeira e o canto do hino. Logo, podemos afirmar que as cores, a bandeira e o hino simbolizam o time e fazem com que se gere um sentimento de pertencimento e identificação. Nos jogos, mesmo sem se conhecerem, as pessoas se identificam e unem-se cantando e torcendo por seu time. Esse sentimento de superação e conquista é aflorada quando nos sentimos pertencentes daquele ambiente. O mesmo ocorre quando nos sentimos parte de uma comunidade ou de uma nação. Quando tomamos consciência de que pertencemos àquele lugar, começamos a nos posicionar e agir para que ele prospere. Também passamos a compreender que esses posicionamentos e essas atitudes interferem na transformação ou manutenção daquele lugar.

Novamente, ao fim dessa segunda análise, retomo a formação da professora para discutir essa prática, possivelmente, reprodutora em função do ensino a que foi submetida durante sua vida escolar. E talvez pouco questionada no decorrer da sua formação profissional. Dessa forma, reproduz as noções de pátria que recebeu a partir de uma visão civilizadora da colonização numa perspectiva europeia.

### 3.3 Para uma rede de escolas municipais

Essa terceira análise foi sustentada pelo material enviado por uma secretaria municipal de educação para a rede de escolas do seu município, conforme consta no anexo 3. Esse material contém sugestões para prática docente, enviadas por essa secretaria, para as professoras seguirem como parâmetro de trabalho com a data comemorativa 7 de setembro/ Independência do Brasil. São objetivos para serem alcançados pelos professores e professoras de toda rede em sala de aula.

A partir da leitura dos objetivos propostos nesse material, pode-se verificar um discurso arraigado nas “premissas” positivistas, observando a intenção de “resgatar” uma “identidade social e cultural” relacionada com a questão da nacionalidade. Ainda pressupostos positivistas, propõem o resgate dessa identidade através de uma data comemorativa de cunho histórico, calcada no civismo. Também é considerável o tipo de cidadão que se quer constituir, baseado num sistema democrático, representando as aspirações de uma sociedade justa e fraterna. Aos professores e professoras, então, são exigidas essas prescrições, nem sempre de forma direta.

De certa maneira, esses materiais enviados pelas secretarias, relacionados aos calendários escolares pré-estabelecidos pelas mesmas, tornam-se artifícios reguladores na medida em que solicita o cumprimento desses objetivos em toda rede, produzindo certa uniformidade e controle das práticas escolares.

Aqui cabe salientar que, habitualmente, muitos desses materiais são enviados próximos aos prazos que se estabelecem para serem trabalhadas tais datas ou comemorações. Esses materiais costumam ser enviados para as equipes diretivas que se mobilizam junto às professoras para executarem o que está sendo solicitado.

Esse envio de última hora pode ser considerado uma tática reguladora das práticas escolares, visto que não há tempo para manifestações e as propostas são facilmente incorporadas no espaço escolar. Dessa forma essas interferências chegam às práticas de sala de aula.

Os/as professores/as são submetidos/as a integrar essas exigências em suas ações e fazeres de sala de aula. Nos discursos desses materiais há tentativas de conformação a partir da indicação das práticas ideais. Quando não ocorre o cumprimento de determinados objetivos que foram estudados pela Secretaria e vistos como os mais adequados, os/as professores/as são vistos/as como

incompetentes por não conseguirem alcançar tais metas ou trabalhar com tais materiais estipulados por essa Secretaria. Também são submetidos/as a comparações com seus/as colegas, visto que em algumas situações a própria comunidade escolar se apropria do discurso sugerido pela Secretaria, nem sempre observando a dimensão dos conceitos mencionados.

Nesse processo, muitas vezes não é dada a oportunidade aos professores e professoras para refletirem, questionarem ou se organizarem para pensar em outras formas de trabalho, acabando sempre com as mesmas práticas reprodutoras.

Em algumas escolas, apesar desse diálogo acontecer com frequência, esses materiais são disponibilizados dias antes dos eventos programados, não havendo tempo para essas discussões e intervenções. Além de dar conta de todo planejamento de sala de aula, sua execução e avaliação, e essas eventuais intervenções, são exigidos dos/as professores/as uma gama de trabalhos burocráticos que envolvem preenchimentos de fichas, planilhas e papéis para serem entregues junto a essa mesma Secretaria. Desse modo, as reflexões sobre essas prescrições de metas e objetivos acabam sendo banalizadas.

Infelizmente essas práticas já se naturalizaram entre as secretarias e os/as professores/as, dando à relação um caráter autoritário de um lado, e submisso de outro.

Nesse sentido, percebe-se uma aproximação teórica entre Freire (1987) e Fanon (1980) na medida em que ambos os autores dialogam sobre essas relações dicotômicas de poder e submissão.

Refletindo sobre essas relações podemos compreender a representação que Fanon (1980) propôs, a partir de suas análises referente à colonização africana, da dicotomia colonizador e colonizado, em que o autoritarismo colonial produz “[...] o servilismo suscitado e alimentado no mais profundo da consciência do nosso povo.” (FANON 1980, p. 123). Nessas relações o colonizador coloniza o colonizado e faz com que o colonizado se aproprie do discurso colonizador, submetendo-se ao sistema colonialista.

Em diálogo com Freire (1987), essa relação dicotômica é também estabelecida como opressor e oprimido, ou ainda, cultura dominante e cultura popular. No mesmo sentido, o estudo de Freire nos permite compreender que o oprimido introjeta e se apropria do discurso do opressor através de uma invasão

cultural camuflada. Essa introjeção faz com que o próprio oprimido reproduza os valores do seu opressor.

Essas relações, presentes na sociedade, e conseqüentemente, a mais reproduzida nas escolas por meio dos livros e materiais didáticos, nas falas das professoras e nos discursos políticos das Secretarias de Educação.

Considerando o Estado como uma organização política administrativa que ocupa e regula com sua constituição um território definido e sua população, as secretarias, sejam elas estaduais ou municipais, são partes dessa estrutura de instituições que administram e controlam uma nação. Elas fazem a ponte entre esse Estado e as escolas, logo, compreende-se que a escola, com suas relações políticas, culturais e econômicas, faz parte desse Estado.

Colaborando com essa ideia, trago para o texto o conceito de Estado proposto por Vieira e Albuquerque (2002, p. 21), baseado num pensamento marxista, como a própria autora menciona, [...] o Estado, longe de ser uma instância neutra, a serviço de todas as classes sociais, se configura como uma forma de organização que serve às camadas dominantes da sociedade, detentoras de capital.

Nesse sentido podemos entender como se dá a manutenção desse sistema. Através dessa definição e das análises até então realizadas, a partir das propostas e dos materiais que circulam nas escolas, pode-se compreender as relações existentes entre interesses políticos e educação. Historicamente a educação escolar serve como instituição reguladora, responsável pela formação do cidadão que se quer formar para constituir a nação desejada por uma classe dominante que detém o poder de decisão. Nessa perspectiva se observa a relação dicotômica colonizadores e colonizados mencionada por Fanon.

O Estado, ao determinar conteúdos, metas, objetivos e datas para serem lembradas e trabalhadas, dissemina seu ideal de cidadão para todos que participam do âmbito escolar. Ocorre é que a identidade é construída a partir de referências advindas do Estado numa tentativa de controlar o trabalho docente.

Dessa maneira, os discursos presentes nas propostas de Estado ou de governo perpassam por toda prática escolar com o intuito de padronizar essas práticas de modo a manter certo controle do trabalho docente e suas práticas escolares, difundindo os valores do governo atual.

#### **4. REPENSANDO AS PRÁTICAS ESCOLARES RELACIONADAS ÀS DATAS COMEMORATIVAS COMO CONSTITUINTES DE IDENTIDADES**

Entendendo o trabalho de conclusão de curso como uma reflexão sobre os estudos realizados no decorrer dessa graduação, relacionando com minhas práticas docentes e as variadas práticas observadas nesse período, me coloco ainda em processo de apropriação dos diferentes conceitos dissertados nessa pesquisa. Não se esgotaram as inquietações e dúvidas referentes às práticas escolares envolvendo as datas comemorativas, tampouco um posicionamento definido a respeito delas. Isso é um ponto positivo, considerando a educação e, por conseguinte a formação docente como um processo contínuo.

Os questionamentos que foram manifestados no decorrer desse trabalho, são indagações que me inquietam enquanto educadora, atuante nesse espaço em que ocorrem as práticas escolares analisadas. Muitas dessas dúvidas permanecem em minhas reflexões, na medida em que permaneço em processo de formação.

Para algumas professoras, comemorar essas datas cívicas são atos suspeitos em função do nacionalismo imposto durante a ditadura militar (1964-1985). Para outras, a ideia de que somos uma nação está tão distante que o civismo, trabalhado através dos símbolos nacionais: canto do hino, colorido da bandeira, mapa do Brasil, torna-se sem sentido para elas e os alunos.

Difícilmente a ideia de nação será realmente compreendida pelos alunos se não problematizarmos onde eles estão no seu cotidiano, percebendo que suas intervenções nesse meio farão diferença, seja para transformar ou para manter posicionamentos. Na medida em que o aluno vai se apropriando do seu contexto social e fazendo relações com outros, as identidades sociais vão se constituindo, pois quando ele vai compreendendo o seu entorno e reconhecendo sua cultura, conseguirá se identificar como parte dessa nação assumindo esses posicionamentos de transformação ou manutenção do seu meio. Para isso é imprescindível possibilitar aos alunos que aprendam conteúdos específicos, relacionados aos conhecimentos sociais, históricos e culturais de seu entorno social.

Portanto, torna-se responsabilidade da escola, enquanto espaço de aprendizagem, trabalhar os diferentes grupos sociais que se movimentam para transformação ou manutenção dessa sociedade, relacionando com o entorno social

dos alunos e das alunas para que se percebam como sujeitos do/no processo histórico.

Partindo das análises realizadas, pode-se inferir que determinadas práticas contribuem para a formação de uma identidade nacional. Os alunos e as alunas vêm com uma bagagem cultural que, na interação com o meio escolar e com os discursos que permeiam esses espaços escolares, vão se reconhecendo e constituindo suas identidades sociais. E em determinadas práticas escolares com datas comemorativas, principalmente as de cunho histórico, acaba se contribuindo para a formação de uma identidade nacional.

A questão está em saber de que nação se está falando e de que tipo de nação se quer constituir. Uma nação política e atuante no meio em que vive? Ou mera reprodutora de comportamentos e valores?

O papel do professor nessas práticas escolares é fundamental, por isso a importância da qualidade da sua formação. Quanto mais se seguem práticas que não problematizam as diferentes situações sociais, mais se está colaborando para a manutenção dessa lógica reprodutora.

Como lidar com essa pluralidade em sala de aula? Como abranger todos os grupos sociais? Isso não é possível, porém podemos problematizar algumas dessas situações e apresentar alguns desses grupos de modo a compreender essa diversidade, entendendo as relações existentes entre eles e percebendo as possibilidades para possíveis transformações, reconhecendo-se como agente nesse processo histórico.

Muitos desses questionamentos foram silenciados ou banalizados, permanecendo certa acomodação e não mais se problematizando essas práticas que contribuem tanto para a manutenção dessa sociedade, quanto para a compreensão dela a fim de oportunizar possibilidades de transformação. Freire (1987) destaca em seus estudos que somente com a tomada de consciência dos posicionamentos e das relações existentes nessa sociedade é que conseguiremos compreendê-la e transformá-la, mas enquanto houver a negação delas, a reprodução permanecerá. Colaborando com essa discussão Fanon (1980, p. 123) afirma que “Em geral, o colonialismo, no momento em que a história e a vontade nacional o negam, consegue manter-se como verdade e valor.”

Quando afirmamos que a escola faz parte do Estado, estamos inferindo o papel das secretarias de reproduzirem e disseminarem os princípios de educação

que se quer definir. Logo, as secretarias se tornam a ponte entre o Estado e as escolas. Mais ainda, levando em consideração que esse Estado, de certa maneira, atua para a manutenção dos interesses políticos, culturais e econômicos de uma classe dominante, mantendo os benefícios a favor dessa mesma classe, a escola, como parte desse Estado, acaba reforçando esses valores e essas relações dicotômicas de poder e submissão.

As exigências de metas e objetivos destinadas aos professores e professoras, através das práticas e dos discursos prescritos pelas Secretarias, atuam para estruturar e unificar o trabalho docente. Logo, pode-se dizer que as identidades constituídas em sala de aula, de certa maneira, são predispostas aos discursos do Estado na medida em que os professores incorporam esses discursos em suas práticas, sem maiores reflexões, a fim de cumprir com tais metas e objetivos prescritos por essas Secretarias.

O professor acaba incorporando ao seu trabalho essas práticas sem questionar que trazem consigo um discurso de naturalização e banalização. Os/as professores/as ao cumprem o que é estabelecido pelo governo sem qualquer questionamento. \como se isso fosse naturalizado. A cultura dominante está sendo imposta, não está sendo questionada e as outras culturas estão sendo apagadas.

Contudo as relações que se estabelecem dentro e fora do âmbito escolar e toda influência de caráter político, cultural, social e econômico que esses espaços escolares recebem, constituem identidades sociais.

## REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa, Portugal: Livraria Sá da Costa Editora, 1980. 1ª edição traduzida por Isabel Pascoal, revista por José Cândido.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura: nota sobre Revoluções Culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade. Porto Alegre, V. 22, n. 2, Jul/Dez, 1997.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VIEIRA, Sofia Lerche; ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. **Política e planejamento educacional**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

## ANEXO 1

(Fotocópia de folha de atividades digitadas relacionadas a um trabalho de história proposto para uma turma de 5º ano da Escola B)

E.M.E.F

Nome: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

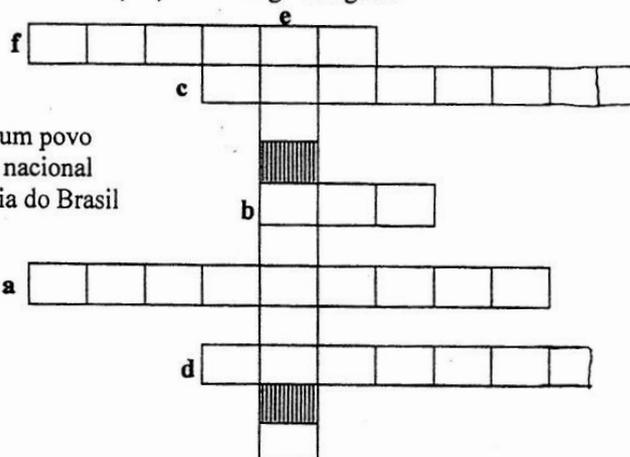
## Trabalho de História

1 Relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª:

- |                      |                          |
|----------------------|--------------------------|
| (1) Dia dos pais     | ( ) 22 de agosto         |
| (2) Dia do gaúcho    | ( ) 25 de agosto         |
| (3) Dia do folclore  | ( ) 11 de agosto         |
| (4) Dia do soldado   | ( ) 07 de setembro       |
| (5) Dia da pátria    | ( ) 20 de setembro       |
| (6) Dia do estudante | ( ) 21 de setembro       |
| (7) Dia da árvore    | ( ) 2º domingo de agosto |

2 Palavras cruzadas

- a) a pessoa que estuda:  
 b) O melhor amigo do filho  
 c) Os hábitos e costumes de um povo  
 d) Cuida da nossa segurança nacional  
 e) Proclamou a independência do Brasil  
 f) Companheira do gaúcho



- a) O Brasil comemora dia 7 de setembro sua: I \_\_\_\_\_ P \_\_\_\_\_ A  
 b) O que nos faz lembrar a nossa pátria: B \_\_\_\_\_ A D B  
 c) Como chamamos a pessoa nascida no rio grande do sul: \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
 d) Uma das qualidades do gaúcho: H \_\_\_\_\_ P \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_ O  
 e) Antônimo de medroso: \_\_\_\_\_ O \_\_\_\_\_ J \_\_\_\_\_

4 assinale a alternativa correta:

a) o chimarrão é feito de:

- água fria       erva       suco

b) A capital do Rio Grande do Sul:

- Canoas       Porto Alegre       Alegrete

c) A revolução farroupilha durou:

- 5 anos       7 anos       10 anos

d) Símbolos do Rio Grande do Sul:

- A bandeira de canoas       A bandeira Rio-Grandense       A bandeira nacional

**ANEXO 2**

(Registro das falas dos alunos da turma de Educação Infantil da Escola A no momento da rodinha)

Rodinha: **Dia 29/08/2011**

Pré “B”

Professora XXX

## **O que é Pátria?**

- ❖ **Pátria é soldado! (Theylor)**
- ❖ **Pátria é amada! (Ana Carolina)**
- ❖ **É o Brasil! (Maurício)**
- ❖ **É mais importante do que tudo! (Kauanny)**
- ❖ **Todo o mundo é brasileiro! (Christopher)**
- ❖ **A minha mãe disse que PÁTRIA é a nossa vida! (Ana Carolina)**
- ❖ **A Pátria é a bandeira brasileira! (Mayara)**
- ❖ **Amamos o Brasil! (Pâmela)**
- ❖ **“Pátria amada Brasil” é o hino! (Eduarda)**
- ❖ **Nós somos do bem, porque estamos todos no coração da nossa Pátria! (Filipe)**

**ANEXO 3**

(Material encaminhado por uma Secretaria Municipal de Educação para as escolas da rede com roteiro de objetivos para serem trabalhados com relação a essas datas)

## Objetivos

Resgatar a identidade social e cultural, premissas aclamadas no dia 07 de Setembro de 1822 pela Independência do Brasil.

Instigar a cidadania ativa, a integração entre unidades de ensino e as diferentes entidades que compõe a sociedade

Reiterar vínculos vitais à democracia: respeito, igualdade, solidariedade, fraternidade e paz.